



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO NA ESFERA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

MARIA CLARA DE CARVALHO LEITE CAVALCANTE¹

CLARICE TAVARES FONSECA²

LETÍCIA GABRIELLE COSTA PASSOS³

RESUMO:

O artigo em tela objetiva realizar uma análise acerca do amadurecimento do Serviço Social brasileiro, sua consolidação enquanto área de conhecimento e a importância da pesquisa para a construção de uma cultura profissional crítica. A pesquisa corresponde a uma revisão bibliográfica e os resultados indicam a relevância dos cursos de pós-graduação para o estabelecimento de uma bibliografia própria.

Palavras-chave: Serviço Social. Produção do conhecimento. Pós-graduação.

ABSTRACT:

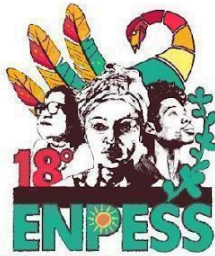
The article in question aims to carry out an analysis of the maturation of Brazilian Social Services, its consolidation as an area of knowledge and the importance of research for the construction of a critical professional culture. The research corresponds to a bibliographical review and the results indicate the relevance of postgraduate courses for the establishment of its own bibliography.

Keywords: Social Work. Knowledge Production. Postgraduate Studies.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e amadurecimento da produção de conhecimento na área do Serviço Social é multifatorial e condensa um processo histórico que possui diferentes ramificações que estão atrelados à sua consolidação. Dentre os diferentes fatores que compuseram sua história, destaca-se o processo de expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil, especificamente quando se trata das Ciências Sociais. A primeira escola de Serviço Social no país emergiu em 1936, na instituição atualmente conhecida como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, a partir disso, pode-se observar a transformação da profissão no que tange sua reivindicação pelo espaço de produtora de conhecimento.

De acordo com Kameyama (1998), somente na década de 1970 que a pós-graduação em Serviço Social tem sua emergência observada. Além de ser pioneira no que se refere à primeira escola de Serviço Social do Brasil, a PUC-SP também foi responsável pela criação do primeiro mestrado e doutorado na área, quando o primeiro curso de pós-graduação foi instituído em 1972, seguido do doutorado em 1980. Assim, esse processo demarcou a conexão da profissão com a produção de conhecimento, considerando a emergência de materiais oriundos de pesquisas e estudos.

O surgimento da primeira escola e dos primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social permite um recorte regional ao tratar de sua emergência, pois todas se deram no contexto da região sudeste do país. Segundo Kameyama (1998), o primeiro mestrado em Serviço Social na região nordeste ocorreu em 1978 ofertado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com isso, possibilita-se despertar reflexões relacionadas ao contexto regional e sua particularidade histórica, tendo em vista os estudos desenvolvidos diante tal cenário.

Kameyama (1998) também relata que a criação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social foi essencial na consolidação e desenvolvimento da produção de conhecimento na área. Além disso, é essencial associar o referido fenômeno às questões macroestruturais da época, expressas pelo contexto político, econômico e social. Levando em consideração que a partir dos anos 1970 os programas de pós-graduação em Serviço Social se expandiram no Brasil, Kameyama (1998, p.34) revela que se

[...] instaurou a reforma educacional, principalmente no ensino superior, adequando-o ao novo modelo econômico denominado “modernização conservadora”. Nesse sentido, a refuncionalização e a expansão do ensino superior engendra a oferta, em todo país, de cursos de Serviço Social, efetivando a sua inserção no circuito universitário.

Entretanto, é importante ressaltar que o Movimento de Reconceitualização, mesmo inserido no contexto da ditadura militar, contribuiu com reformulações na relação dos profissionais com a profissão. Haja vista que o fato de a categoria ter dado início a construção da revisão de sua base teórico-metodológica, trouxe como consequência o incentivo à produção acadêmico-intelectual.

Com isso, foi possível observar a expansão de uma massa crítica composta por profissionais do Serviço Social. Para além das obrigações “técnicas” do cotidiano, estes buscaram associar a seu cotidiano acadêmico e profissional a inserção de pesquisas. Estas foram responsáveis por possibilitar a investigação da realidade social vivida/vivenciada pelo Serviço Social no contexto do agravamento das expressões da questão social.

A produção de conhecimento, portanto, foi essencial para promover um momento prévio de reflexão, pois os(as) pesquisadores(as) definiram seus objetos de estudo, assim como um processo pós pesquisa. O principal resultado observado diz respeito à criação de um acervo próprio do Serviço Social responsável por reunir observações, resultados e reflexões sobre diversos assuntos pesquisados, democratizados através da publicização dessa produção de conhecimento.

Assim, é indispensável tratar da importância do papel desenvolvido pelos canais que possibilitaram o compartilhamento das informações construídas ao longo dos anos da história do Serviço Social. Em específico, o surgimento de periódicos como a revista Serviço Social e Sociedade, Katálysis, Temporalis, bem como os eventos referentes à categoria, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), possibilitaram ao Serviço Social a criação e consolidação de um acervo que tratasse sobre o passado, presente e futuro da profissão e seus desafios.

A produção de conhecimento ao longo da história do Serviço Social, possibilitou, através de seus artigos, resenhas, monografias, dissertações e teses, um espaço propício às denúncias de questões políticas, econômicas e sociais de sua época, além de reafirmar um avanço na ruptura com o Serviço Social tradicional.

Dessa forma, revistas como Serviço Social e Sociedade que surgiram no ano de 1979, diante o contexto da ditadura militar, participaram do processo de redemocratização do Brasil, assim como vivenciaram o amadurecimento do Serviço Social crítico, através da consolidação de suas bases intelectuais e ideológicas. Com isso, estas se constituíram como um veículo de publicização da produção teórica do Serviço Social brasileiro, estimulada, também, pelos avanços dos programas de pós-graduação.

Por isso, a construção dos canais de socialização da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro é um marco para a profissão. Pois, fora incentivado a organização de intelectuais na área em função da propagação do ensino e pesquisa. Observou-se, portanto, diferentes possibilidades de temas voltados às variadas expressões da questão social. Nesse sentido, de acordo com Lewgoy e Serpa,

O amplo leque de temáticas sobre as quais incidem a pesquisa e a produção do conhecimento tem sido objeto de significativos estudos na área, que tem apontado algumas tendências dessa produção. As investigações têm revelado a direção da produção do conhecimento no âmbito das pós-graduações, nas publicações em revistas especializadas na área de circulação nacional, nos eventos científicos da categoria, a exemplo do CBAS e ENPESS, de modo a revelar a direção assumida por essa produção, seus eixos de análises e sua contribuição para a formação profissional (Lewgoy; Serpa, 2018, p. 183).

Assim, desde seu surgimento, o Serviço Social esteve inserido nas relações sociais da sociedade capitalista e, diante seu amadurecimento no âmbito teórico-metodológico, expandiu seu debate sobre os variados eixos temáticos no contexto das expressões da questão social. Portanto, a produção de conhecimento é um meio de expressar os avanços e desafios encontrados na trajetória da profissão.

Logo, considerando que a análise ora apresentada tem o intuito de trazer elementos que ilustram a consolidação do Serviço Social enquanto produtor de conhecimento, leva-se em consideração os efeitos observados a partir dos anos 1970, especificamente quando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) inclui e reconhece o Serviço Social como área de conhecimento em 1976. Para Garcia e Fernandez (2018, p. 264):

Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, essa inclusão é o reconhecimento de uma luta intensa no sentido de prover status acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sociotécnica do trabalho.

Portanto, o debate ora pretendido considera como ponto de partida uma retomada da trajetória da profissão, especialmente no que diz respeito à sua consolidação enquanto área de conhecimento. Nesse sentido, será discorrido sobre os efeitos causados ao receber o status de produtora de conhecimento e quais os desafios postos diante o cenário de desenvolvimento de pesquisas na área do Serviço Social.

2 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO E ÁREA DE CONHECIMENTO

O Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão no contexto de consolidação e desenvolvimento do capitalismo monopolista, especialmente diante das necessidades que

despontam desse processo e reclamam uma intervenção para além da caridade e da repressão. Melhor dizendo, a profissão se institucionaliza na qualidade de quadro técnico-profissional especializado para atuar no enfrentamento da questão social, deste modo, estabelecendo-se como profissão de natureza interventiva.

Por este ângulo, conforme Iamamoto (2015), o Serviço Social não se institucionaliza tendo como função primordial a produção de conhecimento, ao contrário, é imanente à sua constituição a exigência de uma ação na sociedade. Entretanto, esta condição, como também aduz a autora, não anula as possibilidades e a necessidade de empenhar-se na construção de investigações e pesquisas.

Diante disso, é mediante o processo de renovação vivenciado pela profissão no continente latino-americano – Movimento de Reconceituação – fundado no questionamento às suas bases conservadoras e, mais tarde, à base “científica europeu-americana” (Sposati, 2007, p. 17), que o Serviço Social brasileiro fortalece sua preocupação e dedicação com o conhecimento.

Este processo de renovação, particularmente no Brasil, foi impulsionado pela inscrição da formação profissional do Serviço Social no cenário universitário, proporcionada pela refuncionalização da política de educação no contexto autocrático civil-militar. A inserção na universidade objetivava, consoante Netto (2015), um ajustamento técnico-racional da profissão, contudo, essas mudanças se revelaram ponto crucial no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo burguês.

O espaço da academia proporcionou aos/às assistentes sociais um novo campo profissional, privilegiado ao desenvolvimento de pesquisas, – a carreira docente – e o contato com perspectivas teóricas progressistas, incluindo o “marxismo acadêmico”, limitadas, nesse primeiro momento, às fronteiras universitárias intelectuais (Netto, 2015). Dentro desse contexto, especialmente pela implementação da pós-graduação na década de 70, a produção de conhecimento em Serviço Social tem seu estopim.

O primeiro curso de mestrado em Serviço Social foi fundado em 1972, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nesse período, embora já houvesse avanços significativos no que diz respeito às elaborações teóricas do Serviço Social brasileiro, a maioria da produção escrita em circulação correspondia às formulações de autores latino-americanos, que subsidiaram amplamente a formação graduada e pós-graduada em Serviço Social no Brasil (Silva, 2011).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Todavia, o final desta década, ao passo que marca a intensificação do processo organizativo da sociedade civil frente ao aprofundamento da crise econômica gestada pelo regime ditatorial, assinala transformações marcantes no âmbito do Serviço Social brasileiro, sobretudo no que concerne à sua organização político-representativa e à sua produção de conhecimento.

Com relação a esta última, Silva (2011) revela que em 1979 o Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais (CBCISS), responsável pelas publicações teóricas do Serviço Social, torna-se insuficiente para subsidiar as novas inquietações que se colocam ao Serviço Social brasileiro. Nesse sentido,

coloca-se, então, a necessidade de um espaço para divulgação de um pensamento emergente no serviço social, sendo criada, em 1979, a revista *Serviço Social e Sociedade*, por sugestão de um grupo de assistentes sociais São Paulo contando com o suporte da então Editora Cortez & Moraes, hoje Cortez Editora, que também inicia sua estruturação, passando a se constituir num espaço para publicação de livros que surgem, sobretudo, com o avanço da pós graduação em Serviço Social no Brasil, permitindo produções e debates intelectuais mais sistematizados em âmbito nacional (Silva, 2011, p. 62).

Seguindo este panorama, tem-se o primeiro curso de doutorado em Serviço Social no Brasil – e na América Latina – em 1981, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), corroborando, assim, para o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no ano seguinte – 1982 – com uma linha específica de financiamento de pesquisa em Serviço Social e um comitê de avaliadores direcionados aos projetos apresentados por assistentes sociais (Silva, 2011).

O reconhecimento institucional pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da área do Serviço Social como campo específico de pesquisa é, certamente, conquista que abriu possibilidade de financiamento da pesquisa em Serviço Social e inclusão de pesquisadores do Serviço Social no quadro geral de pesquisadores do CNPq (Sposati, 2007, p. 17).

Desta feita, a década de 80 simboliza a consolidação do Serviço Social brasileiro como Área de conhecimento, face às agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação, e para além delas. Nesta década a categoria começa a produzir seus conhecimentos e não apenas aplicar aqueles produzidos por outras áreas do saber (Carvalho e Silva, 2005). Além disso, verifica-se uma intensificação na atenção à pesquisa a partir do crescimento de projetos, grupos de pesquisas, fóruns e espaços de divulgação, especialmente na esfera acadêmica do Serviço Social (Carvalho e Silva, 2005).

À vista disso, evidencia-se a criação, em 1987, do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), assim como, dos veículos de divulgação de conhecimento Cadernos de Pesquisa CEDEPSS e Cadernos ABESS.

Em consideração a isso, verifica-se que a pesquisa se constitui elemento fundamental no processo de ruptura com o conservadorismo histórico da profissão. Por esse motivo, convém assinalar, também, o seu reconhecimento para o processo formativo de assistentes sociais no campo da graduação, alicerçado no currículo mínimo de 1982 que traz, pela primeira vez, uma disciplina de pesquisa como componente obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no Brasil. A presença deste componente curricular vem denotar que a pesquisa e a investigação são elementos necessários também ao exercício profissional.

A pesquisa, portanto, passa a ser objeto de interesse, na medida em que a categoria profissional volta a sua preocupação não só para a tarefa de aplicar conhecimentos, mas também de analisar efetivamente as questões de sua prática e os fenômenos sociais com os quais se depara cotidianamente, na perspectiva de superar o pragmatismo e encaminhar a prática profissional. Assim, a pesquisa é assumida como instrumento de trabalho para pensar a realidade (Silva, 2011, p. 251).

Assim sendo, é possível observar, como enfatiza Sposati (2007) um esforço em fortalecer a base científica do Serviço Social durante os anos 1980 e 1990. No percurso desses anos observa-se o significativo crescimento da produção teórica decorrente do desenvolvimento de pesquisas, com destaque às produções dos programas de pós-graduação.

Com relação a isso, Cantalice (2013) revela que este crescimento ocorreu não só em números, mas, sobretudo, em qualidade, tendo em vista que as produções abarcam reflexões acerca da realidade nacional em nível micro e macroscópico com rigor científico e teórico-metodológico. Este crescimento, assim como o compromisso com a pesquisa, simboliza o alcance da “maturidade intelectual” da profissão e, conseqüentemente, a sua consolidação como área de conhecimento. Nessa lógica,

[...] com o avanço acadêmico do Serviço Social no Brasil, verifica-se que as publicações brasileiras passam a influenciar, inclusive, a literatura latino-americana, constituindo, na atualidade, o principal suporte para a formação e o exercício profissional no país (Silva, 2011, p.63).

Outrossim, é substancial sinalizar a maturidade do Serviço Social brasileiro, no que concerne às suas produções, perante as produções da categoria em outras partes do mundo, nas quais predominam sistematizações sobre a intervenção profissional, inclusive com viés

terapêutico. À medida que, como já explanado, no Brasil há um significativo volume de comunicações científicas, originárias de pesquisas acadêmicas (Mota, 2013). Além do mais,

[...] é notória a interlocução e a incorporação da bibliografia produzida pelos intelectuais da área do Serviço Social nas produções mais recentes das ciências humanas e sociais no Brasil e nas produções vinculadas a instituições governamentais, resultando no crescimento do índice de citações de autores do Serviço Social (Mota, 2013, p. 18).

Essa intelectualidade conquistada pelo Serviço Social brasileiro altera, também, como salienta Mota (2013), sua representação social, a qual era até a década de 1970 eminentemente interventiva, e agrega à profissão uma cultura profissional/intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico. De acordo com a autora, essa mudança é um dos elementos que caracterizam o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento para além das agências reguladoras.

Ademais, a autora destaca como símbolos desse reconhecimento: a) o papel desempenhado pelo Serviço Social na formação de uma massa crítica no campo da esquerda marxista, em movimentos sociais, populares e sindicais; b) e a crescente procura de profissionais de outras áreas pelos cursos de pós-graduação em Serviço Social.

Esses dois indicadores, não obstante, possuem um denominador comum: o acervo crítico-teórico construído pelo Serviço Social em sua maturidade intelectual, o qual, em acordo com a autora referenciada, representa um foco de resistência ideológica e teórica ao conservadorismo intelectual no Brasil, essencialmente ante a propagação do pensamento pós-moderno e, por conseguinte, das tentativas de apagamento das teorias marxistas.

Outro fato que anuncia o Serviço Social enquanto área de conhecimento, na perspectiva de Mota (2013), diz respeito à transformação dos objetos de intervenção em objetos de conhecimento. Como já assinalamos, a pesquisa se torna, a partir da década de 1980, elemento fundamental também para o exercício profissional e, nesta condição, a autora afirma que o processo intelectual de conhecimento sobre o real desenvolvido na prática profissional configura-se em mais um indicador do reconhecimento anteriormente citado.

No contínuo exercício de pensar em elementos que fortalecem e afirmam o Serviço Social enquanto área do conhecimento, torna-se importante analisar a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sob alguns vieses: pontuais mudanças ocorridas na entidade durante seus 75 anos de história e a reestruturação da revista *Temporalis* como Revista Brasileira da ABEPSS.

A ABEPSS surgiu sob diferentes roupagens. Denominada em 1946 de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), o novo nome da entidade surgiu na metade da década de 1990 mediante a incorporação da ABESS com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS). Com essa fusão, houve um redimensionamento das principais funções da entidade, agora vista como uma associação de natureza acadêmico-científica na área do Serviço Social.

O novo perfil – que incluiu a pesquisa no seu coletivo – resultou em um salto qualitativo na estrutura e na dinâmica de funcionamento frente a todos os avanços acadêmicos, científicos, profissionais e aos processos democráticos no âmbito do Serviço Social. Não obstante, de acordo com o endereço eletrônico da entidade, a fusão tinha como objetivos: “fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional; articular graduação e pós-graduação; fortalecer a natureza científica da entidade; dar maior organicidade a pesquisa” (ABEPSS, c2021).

Considerada por Abreu (2011, p. 69) como “o principal fundamento do desenvolvimento acadêmico da área do Serviço Social e da atuação da ABEPSS”, a unidade graduação/pós-graduação foi fortalecida com a incorporação citada acima, haja vista que, em tempos anteriores, a pós-graduação se desenvolvia com certo distanciamento em relação à ABESS, ao passo que a graduação constituía “a base histórica da entidade desde a sua origem”.

Outrossim, a unidade apresenta-se como marca do trabalho da ABEPSS e está atrelada a uma perspectiva de educação de qualidade, crítica e emancipatória, confrontando-se com a atual política de Ensino Superior do Brasil – caracterizada por uma formação pragmática, flexível e instrumental, voltada para o mercado de trabalho (Abreu, 2011).

Ainda referente às mudanças ocorridas na ABEPSS, uma revisão dos estatutos da entidade se fez necessária para que a estrutura da associação aqui analisada se adequasse às demandas do seu desenvolvimento e fortalecimento como uma associação acadêmico-científica (Abreu, 2011). Nessa perspectiva, duas mudanças principais se seguem, segundo a autora:

- a) no Título I: Da natureza e finalidades, referente ao estabelecimento de uma sede fixa, com um corpo funcional técnico e administrativo próprio e de se reafirmar o foro jurídico da Abepss, em Brasília.
- b) no Título III: Da Estrutura, Órgãos de Apoio e Competências, a inclusão na estrutura da entidade de órgãos de apoio acadêmico científico e órgãos de apoio técnico-administrativo, com funcionamento em sede fixa em Brasília, tendo em vista assegurar “condições físico-estruturais básicas necessárias ao exercício das funções acadêmico-científicas, políticas e administrativas da entidade, além de garantir a continuidade das atividades da entidade para além de cada gestão, particularmente as

atividades relacionadas à Temporalis e à preservação da memória da entidade” (ABEPSS, 2007).

Consoante às análises de Abreu (apud ABEPSS, 2008a), a alteração no primeiro título fez-se necessária para que questões envolvendo o histórico, a estrutura e a conjuntura da entidade fossem enfrentadas, como também os desafios que envolvem esferas acadêmicas e administrativas.

Ademais, a mudança do terceiro título ocasionou a apresentação e aprovação de três órgãos de apoio acadêmico-científico: Grupos Temáticos de Pesquisa; Comissão Editorial da Revista Temporalis; Comissões Temporárias de Trabalho; e órgãos de apoio técnico-administrativo: Secretaria Executiva da ABEPSS; Assessoria Jurídica; Assessoria Contábil; Assessoria de Comunicação.

A reestruturação da revista Temporalis, ocorrida na gestão bienal 2007-2008 da ABEPSS, torna-se pauta como elemento fortalecedor do Serviço Social enquanto área do conhecimento por ter tido sua estrutura reorganizada em decorrência do progresso da pesquisa e da produção intelectual na área do Serviço Social nos últimos tempos, bem como das demandas para fortalecer a Temporalis como Revista Brasileira de Serviço Social.

Diante dessas motivações, Abreu (2011) expõe o grande esforço e os embates para enquadrar a revista nos padrões nacionais e internacionais de indexação bibliográfica, assim como alinhar-se às exigências do Qualis Capes – cuja principal função é avaliar as produções científicas feitas pelos programas de pós-graduação – e expandir-se por territórios para além do Brasil.

Contudo, obstáculos para assegurar a atualização periódica da revista e para cumprir as exigências de indexação fizeram parte do processo de obter sucesso no propósito de reestruturação da Temporalis. Visando superar tais dificuldades, algumas estratégias foram feitas: criação de uma edição editorial ainda no biênio em destaque, efetivação de sistema de fluxo contínuo com chamadas através da página da ABEPSS e vinculação do XI ENPESS ao fluxo de recebimento contínuo de artigos (Abreu, 2011). Atualmente, conforme o veículo virtual da revista Temporalis, a periodicidade de atualizações ocorre de maneira semestral.

A título de informação, vale destacar que a revista Temporalis, avaliada em B3 no sistema Qualis durante a sua reestruturação – isto é, avaliada como revista que abrange periódicos considerados de média relevância social –, apresenta-se, hoje, de acordo com tabela Qualis na

área de Serviço Social, como B1, ou seja, enquadra periódicos considerados de excelência nacional.

3 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA FORMAÇÃO CRÍTICA

As contradições encontradas na realidade brasileira possuem impactos na formação do perfil profissional dos/as assistentes sociais no país, levando-os a atuar sob perspectiva crítica e à frente do seu tempo para ser possível responder às demandas postas na atualidade.

A partir do currículo de 1982, o debate sobre os fundamentos do Serviço Social ganha destaque para superar a tricotomia história/teoria/método – resultante da revisão do projeto formativo dos anos de 1980, que superou a visão tradicionalista do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Contudo, embora tal currículo tenha sido pautado em um projeto de formação e atuação profissional de cunho crítico, ele possui imprecisões influenciadas pelo pensamento hegemônico (Guerra, 2018).

Para Guerra (2018), o projeto de formação tem que ser pautado em um projeto de profissão consistente e coerente, que expresse qual o tipo de Serviço Social que está se falando, quais são os seus objetivos e quais as suas atribuições e competências.

Ademais, em suas análises, a autora infere que a ausência do Serviço Social no centro e na articulação da formação profissional – como pilar do currículo e engrenagem que movimenta os conteúdos dos núcleos de fundamentação – pode trazer como consequência uma formação com traços consistentes de perfil teórico político, porém “com pouca ou nenhuma condição de intervir criticamente na realidade institucional, capacitados a construir respostas alternativas ao mercado de trabalho e às requisições socioinstitucionais e políticas que lhes são delegadas” (Guerra, 2018, p. 29).

A unidade entre trabalho e a formação profissional vem à tona quando se faz o resgate dos fundamentos da ontologia do ser social. Consoante ao pensamento de Guerra (2018), a base da fundamentação da profissão é revelada na realidade social, cuja dinâmica é repleta de particularidades advindas do sistema capitalista e seus diferentes estágios. Na lógica de pensar a realidade como fundamento, a autora destaca que

isso significa que são as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua

práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as contradições de classe, constroem a história (Guerra, 2018, p. 37).

No que tange à formação, o trabalho deve ser visto como categoria que ocupa lugar central na sociabilidade humana. Nesse sentido, a forma como o ser social produz e reproduz sua vida material e espiritual constitui o fundamento do ser social. Para mais, é de extrema importância resgatar e refletir sobre os fundamentos da crítica da economia política, buscando entender o trabalho como forma alienada e estranha dentro da lógica de exploração capitalista, como trabalho assalariado e como mercadoria – a partir da submissão do trabalhador à venda da sua força de trabalho. Realizar tal resgate e fundamentação permitem esboçar a necessidade social da profissão e captá-la como uma especialização do trabalho coletivo, que se insere na divisão social e técnica do trabalho presente no capitalismo (Guerra, 2018).

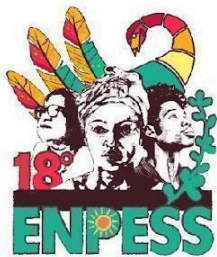
Posto isso, a formação profissional requer domínio teórico-metodológico consistente, mas não apenas isso. Guerra (2018) afirma que assistentes sociais considerados competentes do ponto de vista ético, político e técnico devem destacar o trabalho profissional e apreender a totalidade das três dimensões: teórico metodológica, ético-política e técnico-operativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é perceptível que a trajetória profissional do Serviço Social, reconhecida, também, no âmbito acadêmico-científico, trouxe novas contribuições à categoria. Nesse sentido, é indiscutível que com os avanços há novos desafios e, considerando que a conjuntura político-social detém significativa interferência no fazer profissional do assistente social, seja nos espaços ocupacionais ou acadêmicos, é essencial que haja defesa do projeto ético-político da profissão, que ao longo da história permanece sob ameaça.

Para isso, destaca-se a importância de uma formação profissional crítica, ancorada nas diretrizes curriculares da ABEPSS em consonância com o projeto ético-político da profissão, pois é essencial a

[...] capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 02-03).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Através da construção de reflexões sobre a realidade em uma sociedade capitalista, é possível instigar uma visão crítica em que haja a defesa por uma educação gratuita e de qualidade, formando profissionais e pesquisadores conectados na luta pelos direitos da classe trabalhadora.

Considerando que a atual conjuntura demonstra consecutivos desmontes/sucateamentos das universidades públicas, por meio da contenção de investimentos no desenvolvimento de pesquisas, produzir conhecimento se torna um desafio. Assim, também é preciso destacar que os impactos causados pela não priorização da pesquisa em escolas, universidades ou espaços ocupacionais, impossibilita que profissionais e estudantes possam compartilhar suas descobertas através de produções de conhecimento que detém potencial na discussão sobre as mais variadas questões que perpassam o convívio em sociedade.

Assim, fora possível assimilar que a produção de conhecimento no Serviço Social detém relevância por trazer à categoria um novo segmento de atuação, permitindo a criação de um acervo responsável por registrar as contribuições feitas pela categoria acerca das mais variadas temáticas inseridas no contexto do Serviço Social. Conforme Mota (2013, p. 18),

[...] ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão.

Portanto, reitera-se a importância dos elementos que foram tratados ao longo do texto em prol de identificar os impactos causados pela expansão da pós-graduação em Serviço Social e o seu reconhecimento enquanto área de conhecimento. Sendo assim, por mais que os desafios dificultem a viabilização da produção de conhecimento na área, é essencial que a categoria esteja em sintonia com os preceitos conquistados e defendidos pela profissão ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Quem somos. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em: 14 ago 2024.

ABEPSS. Projeto ABEPSS Itinerante. **Estágio Supervisionado em Serviço Social**: desfazendo nós e construindo alternativas. mimeo, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ABREU, M. M. A formação profissional e o fortalecimento do Serviço Social como área de conhecimento: estratégias e desafios da Abepss no biênio 2007 2008. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 67-80, jul./dez. 2011.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. Tese (doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. In: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262, 30 dez. 2018.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda et al. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). In: **Cadernos ABESS**. São Paulo. N. 8, p. 33-76, nov. 1998.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SERPA, Moema Amélia. Fundamentos, formação e trabalho profissional: tendências e perspectivas da produção do conhecimento do serviço social. In: GUERRA, Yolanda et al (org.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro**: profissão e área do conhecimento. Revista **Katálisis**. 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. Cortez Editora, 2015.

SILVA, M. O. S.; CARVALHO, D. B. B. (Org.). Serviço Social, pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: **Revista Katálisis**, v. 10, p. 15-25, 2007.